

GOVERNO DE MACAU

Lei n.º 6/96/M

de 15 de Julho

**Regime jurídico das infracções
contra a saúde pública e contra a economia**

Tendo em atenção o proposto pelo Governador e cumprida a formalidade prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 48.º do Estatuto Orgânico de Macau;

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

CAPÍTULO I**Disposições gerais****Artigo 1.º****(Regime jurídico)**

1. As infracções contra a saúde pública e contra a economia regulam-se pelo disposto na presente lei.

2. À matéria respeitante aos crimes aplica-se, subsidiariamente, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

3. O procedimento respeitante às infracções administrativas regula-se, com as necessárias adaptações, pelo disposto nos artigos 47.º, 48.º, 50.º a 53.º, 55.º e 60.º do Decreto-Lei n.º 66/95/M, de 18 de Dezembro, e, subsidiariamente, pelo Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 2.º**(Actuação em nome de outrem)**

1. É punível quem age voluntariamente como membro, representante ou titular de órgão de uma pessoa colectiva ou sociedade, ainda que irregularmente constituída, ou de mera associação de facto, ou ainda em representação legal ou voluntária de outrem, mesmo quando o respectivo tipo de infracção exigir:

a) Determinados elementos pessoais e estes só se verificarem na pessoa do representado; ou

b) Que o agente pratique o facto no seu próprio interesse e o representante actue no interesse do representado.

2. A ineficácia do acto que serve de fundamento à representação não impede a aplicação do disposto no número anterior.

3. As entidades referidas no n.º 1 respondem solidariamente, de harmonia com a lei civil, pelo pagamento das multas, indemnizações e outras prestações em que forem condenados os agentes das infracções previstas na presente lei, nos termos dos números anteriores.

Artigo 3.º**(Responsabilidade das pessoas colectivas)**

1. As pessoas colectivas ou sociedades, ainda que irregularmente constituídas e as meras associações de facto, são respon-

澳門政府

法律 第6/96/M號

七月十五日

妨害公共衛生及經濟之違法行為之法律制度

鑑於澳門總督的建議及經遵守《澳門組織章程》第四十八條第二款 a 項規定的程序;

立法會根據《澳門組織章程》第三十一條第一款 c 項之規定, 制定在澳門地區具有法律效力之條文如下:

第一章**一般規定****第一條**

(法律制度)

一、妨害公共衛生及經濟之違法行為由本法律之規定規範。

二、對於涉及犯罪的事宜, 補充適用《刑法典》及《刑事訴訟法典》。

三、關於行政違法行為的訴訟, 經必要的配合後, 由十二月十八日第66/95/M號法令第四十七條、第四十八條、第五十條至第五十三條、第五十五條、及第六十條, 以及補充地由《行政程序法典管制》。

第二條

(以他人名義行為)

一、作為法人或公司, 即使為不當設立者、或僅屬無法律人格之社團之成員、代表或機關據位人, 或作為他人之法定或意定代理人, 因已意作出行為者, 處罰之, 即使有之違法行為要求:

a) 特定之個人要素, 而該等要素僅被代表人本人具備; 或

b) 行為人係為其本身利益而作出事實, 但該代表人係為被代表人之利益而作出行為。

二、作為代表依據之行為不生效力, 不妨礙上款規定之適用。

三、第一款所指實體須根據民法之規定, 對繳納罰金、損害賠償及其他給付負連帶責任, 而該等罰金、損害賠償及其他給付係根據以上各款規定, 對實施本法律規定之違法行為之行為人所判處者。

第三條

(法人之責任)

一、如法人或公司, 即使為不當設立者, 及純為無法律人格之社團之成員、代表或其機關據位人以該等實體名義及為集體利

sáveis pelas infracções previstas na presente lei, quando cometidas pelos seus membros, representantes ou titulares dos respectivos órgãos, em seu nome e no interesse colectivo.

2. É correspondentemente aplicável o n.º 2 do artigo anterior, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3. A responsabilidade é excluída quando o agente tiver actuado contra ordens ou instruções expressas de quem de direito.

4. A responsabilidade das entidades referidas no n.º 1 não exclui a responsabilidade individual dos respectivos agentes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 4.º

(Tentativa)

Nos crimes previstos na presente lei a tentativa é sempre punível.

Artigo 5.º

(Determinação da medida da pena)

Na determinação da medida da pena atende-se especialmente às seguintes circunstâncias:

a) Ter sido a infracção praticada quando se verifique uma situação de falta ou insuficiência de bens ou serviços para o abastecimento do mercado, incluindo o regime de racionamento, desde que o seu objecto tenha sido algum desses bens ou serviços;

b) Ter a infracção provocado alteração anormal dos preços do mercado;

c) Ter o infractor posição dominante no mercado do bem ou serviço objecto da infracção;

d) Ter o infractor aproveitado o estado de premente carência do adquirente, consumidor ou vendedor;

e) Ter a infracção permitido alcançar lucros excessivos ou ter sido praticada com a intenção de os obter.

Artigo 6.º

(Substituição da pena de prisão)

1. A pena de prisão é substituída por pena de multa, nos termos gerais, com excepção do disposto nos números seguintes.

2. Caso o crime seja praticado com o concurso de alguma das circunstâncias previstas no artigo anterior, o tribunal pode não substituir a pena de prisão.

3. Não há lugar à substituição da pena de prisão em caso de reincidência pela prática de crime previsto na presente lei.

Artigo 7.º

(Não punibilidade)

Não é punível aquele que, antes da intervenção da autoridade ou denúncia, retirar do mercado os géneros e aditivos a que se

refere a presente lei, quando cometidas pelos seus membros, representantes ou titulares dos respectivos órgãos, em seu nome e no interesse colectivo.

二、上條第二款相應地適用，但不妨礙下款之規定。

三、如行為人違反有權者之明確命令或指示而作出行為，則排除上款所指實體之責任。

四、第一款所指實體之責任不排除有關行為人之個人責任；上條第三款經必要配合後，亦適用於有關行為人。

第四條

(犯罪未遂)

本法律所指犯罪之未遂常須受處罰。

第五條

(量刑之確定)

在確定量刑時，尤應考慮下列情節：

a) 在用以補給市場之財貨或服務出現短缺或不足之情況下，包括在實行配給制度時，實施以該等財貨或服務為對象之違法行為；

b) 違法行為使市場價格出現不正常之變動；

c) 違法者在市場中對作為違法行為對象之財貨或服務擁有支配地位；

d) 違法者利用取得人、消費者或出售者處於急需之狀況；

e) 實施能獲得暴利之違法行為，或意圖得暴利而實施違法行為。

第六條

(徒刑之代替)

一、徒刑按一般規定得以罰金代替，但下列各款規定者除外。

二、倘實施之犯罪競合上條所規定任一情況時，法院可決定徒刑不得代替。

三、倘本法律所載的犯罪的實施屬累犯時，徒刑不得替代。

第七條

(不予處罰)

凡在當局作出行動或檢舉之前，將第二十條及第二十一條所指食品及食品添加劑從市場收回，而不影響對其作適當改進、加

referem os artigos 20.º e 21.º e, sem prejuízo da sua conveniente beneficiação, transformação ou inutilização:

a) Declarar às autoridades policiais, fiscalizadoras ou administrativas a existência dos mesmos, respectivas quantidades e local onde se encontram; ou

b) Der a conhecer, de forma inequívoca, que tais bens se encontram falsificados, corruptos, avariados ou de outra forma afectados na sua genuinidade, qualidade ou composição, quer pela aposição de escrito elucidativo e bem visível sobre os mesmos, quer pela sua colocação em local destinado a esse efeito e, como tal, devidamente identificado, de modo a eliminar quaisquer dúvidas.

Artigo 8.º

(Atenuação especial ou dispensa da pena)

Pode haver lugar à atenuação especial ou à dispensa de pena se o infractor, antes de os crimes previstos nos artigos 20.º, 21.º e 28.º terem provocado dano elevado, remover voluntariamente o perigo por ele causado e espontaneamente reparar o dano causado.

Artigo 9.º

(Penas principais aplicáveis às pessoas colectivas)

1. Pelos crimes previstos na presente lei são aplicáveis, às entidades previstas no n.º 1 do artigo 3.º, as seguintes penas principais:

- a) Multa;
- b) Dissolução judicial.

2. Cada dia de multa corresponde a uma quantia entre 250 e 15 000 patacas.

3. Se a pena for aplicada a uma entidade não dotada de personalidade jurídica, responde por ela o património comum e, na sua falta ou insuficiência, o património de cada um dos sócios ou associados, em regime de solidariedade.

4. A pena de dissolução só é decretada quando os sócios, associados, membros ou titulares dos órgãos da entidade infractora tenham tido a intenção de, por meio dela, praticar as infracções previstas na presente lei ou quando a sua prática reiterada mostre que a entidade em causa está a ser utilizada para esse efeito, quer pelos seus membros, quer por quem exerça a respectiva administração ou gerência.

5. A cessação da relação laboral que ocorra em virtude da aplicação da pena de dissolução judicial considera-se, para todos os efeitos, como sendo rescisão sem justa causa.

Artigo 10.º

(Penas acessórias)

1. Pelos crimes previstos na presente lei podem ser aplicadas as seguintes penas acessórias:

- a) Caução de boa conduta;
- b) Privação temporária do direito de participar em ajustes directos, consultas restritas ou concursos públicos;

ou de fazer, de modo a não prejudicar a segurança, a saúde ou a moralidade pública, a utilização de determinados locais, edifícios ou instalações;

- a) 向警察當局、監察當局或行政當局申報存有該等食品或食品添加劑，以及其數量及所在地點；或
- b) 透過放置顯而易見之說明字樣，或將有關財貨放於專門指定且經適當認別之地點，明確告知有關財貨屬偽造、腐敗、變壞或其真實性、質量或組成已受其他形式之影響，以消除任何疑惑。

第八條

(刑罰之特別減輕或免除)

如違法者在第二十條、第二十一條及第二十八條所規定之犯罪未引致重大損害之前，因已意排除其造成之危險及主動彌補所引致之損害，可特別減輕或免除刑罰。

第九條

(對法人適用之主刑)

一、第三條第一款所載之實體犯有本法律所規定之罪行者，處下列主刑：

- a) 罰金；
- b) 法院命令解散。

二、日罰金額為澳門幣二百五十元至一萬五千元。

三、如對無法律人格之實體科以罰金，應以該實體之共同財產繳納；無共同財產或共同財產不足時，應以連帶制度由每一股東或社員之財產頂替。

四、違反實體之股東、社員、成員或機關據位人之唯一或主要意圖，係利用有關實體實施本法律所規定之違法行為，或不法行為之反覆實施顯示出有關實體之成員或擔任行政或管理職務者利用有關實體實施不法行為，方得處以解散之處罰。

五、服務關係之終止如係因處以法院命令解散之處罰而引致者，為一切效力，均視為無合理理由之解除。

第十條

(附加刑)

一、因實施本法律所規定之犯罪，得處以下列附加刑：

- a) 良好行為之擔保；
- b) 暫時剝奪參加直接磋商、有限查詢或公開競投之權利；

c) Privação temporária do direito de participar em feiras e mercados;

d) Proibição temporária do exercício de certas profissões ou actividades;

e) Encerramento temporário de estabelecimento;

f) Encerramento definitivo de estabelecimento.

2. As penas acessórias podem ser aplicadas cumulativamente.

3. O incumprimento de uma pena acessória, por si ou por interposta pessoa, faz incorrer o infractor na prática do crime previsto no artigo 317.º do Código Penal.

Artigo 11.º

(Caução de boa conduta)

1. A caução de boa conduta consiste na obrigação de o infractor depositar uma quantia em dinheiro entre 5 000 e 1 000 000 de patacas, à ordem do tribunal, pelo prazo fixado na decisão, a determinar entre 6 meses e 3 anos.

2. A caução é declarada perdida a favor do Território se o infractor praticar, no decurso do prazo fixado, novo crime previsto na presente lei pelo qual venha a ser condenado; no caso contrário, a caução é-lhe restituída.

Artigo 12.º

(Privação temporária do direito de participar em ajustes directos, consultas restritas ou concursos públicos)

1. A privação do direito de participar em ajustes directos, consultas restritas ou concursos públicos pode ser aplicada ao infractor:

a) Que tenha praticado crime concretamente punido com pena de prisão superior a 6 meses; ou

b) Quando as circunstâncias em que o crime tiver sido praticado revelem que não é digno da confiança geral necessária à sua participação.

2. A privação do direito referido no número anterior tem uma duração fixada entre 1 e 3 anos.

3. O tribunal, conforme as circunstâncias, pode limitar a privação do direito a certos concursos.

Artigo 13.º

(Privação temporária do direito de participar em feiras e mercados)

A privação de participar em feiras e mercados só pode ser aplicada quando o crime, concretamente punido com pena de prisão superior a 6 meses, tenha sido praticado por infractor legalmente habilitado a participar como vendedor em feiras e mercados e consiste na proibição desta actividade, por si ou por interposta pessoa, por um período máximo de 1 ano.

c) 暫時剝奪參加交易會及展銷會之權利；

d) 暫時禁止從事某些職業或業務；

e) 場所之暫時封閉；

f) 場所之永久封閉。

二、附加刑得一併實施。

三、對於由本人或中介人違反附加刑，違反者處以刑法典第三百一十七條規定的刑罰。

第十一條

(良好行為之擔保)

一、良好行為之擔保係指違法者必須存入澳門幣五千至一百萬元之數額交由法院支配；存放期間係根據裁判訂定，為六個月至三年。

二、如違法者於所定之期間內再實施本法律所規定犯罪且被判罪，應宣告擔保歸本地區所有；否則應將擔保返還予違法者。

第十二條

(暫時剝奪參加直接磋商有限查詢或公開競投之權利)

一、剝奪參加直接磋商、有限查詢或公開競投之權利得實施於作出下列罪行之違法者：

a) 曾實施具體被判處六個月以上徒刑；或

b) 實施犯罪之情節顯示出其不應獲得為參加上述活動所需之一般信任。

二、上款所指權利之剝奪期限定為一年至三年。

三、法院可根據情節，將權利之剝奪局限於參加特定項目之競投。

第十三條

(暫時剝奪參加交易會及展銷會之權利)

如犯罪實質上可判處六個月以上徒刑，且由具有法定資格以出售者身分參加交易會及展銷會的違法者所實施，方得處以禁止其本人或透過他人參加交易會及展銷會之處罰，禁止期間最多為一年。

Artigo 14.º

(Proibição temporária do exercício de certas profissões ou actividades)

1. A proibição temporária do exercício de certas profissões ou actividades pode ser aplicada ao infractor que tiver cometido crime previsto na presente lei:

- a) Com flagrante abuso da profissão;
 - b) No exercício de uma actividade que dependa de um título público ou de uma autorização ou homologação de autoridade pública; ou
 - c) Quando lhe tiver sido anteriormente aplicada uma pena acessória pela prática de crime previsto nesta lei.
2. A proibição tem uma duração mínima de 2 meses e máxima de 3 anos.
3. É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 61.º do Código Penal.

Artigo 15.º

(Encerramento temporário de estabelecimento)

1. Pode ser ordenado o encerramento temporário de estabelecimento, por um período de 1 mês a 1 ano, quando o infractor tiver sido condenado em pena de prisão superior a 6 meses.

2. Não obsta à aplicação desta pena acessória a transmissão ou a cedência de direitos de qualquer natureza relacionados com o exercício da profissão ou actividade, efectuadas depois da instauração do procedimento criminal ou depois da prática do crime, excepto se o transmissário ou cessionário se encontrar de boa fé.

3. O encerramento temporário de estabelecimento não constitui justa causa para a rescisão dos contratos de trabalho nem fundamento para a suspensão ou redução do pagamento das respectivas remunerações.

Artigo 16.º

(Encerramento definitivo de estabelecimento)

1. O encerramento definitivo de estabelecimento pode ser ordenado quando o infractor:

- a) Tiver sido anteriormente condenado em pena de prisão pela prática de crime previsto na presente lei, se as circunstâncias mostrarem não ter a condenação anterior constituído suficiente advertência contra o crime;
 - b) Tiver sido anteriormente condenado em pena de encerramento temporário do mesmo ou de outro estabelecimento; ou
 - c) For condenado em pena de prisão pela prática de crime previsto na presente lei, de que tenham resultado danos de valor consideravelmente elevado ou que tenham atingido um número avultado de pessoas.
2. É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior.

Artigo 17.º

(Publicidade das decisões judiciais)

1. É sempre dada publicidade às decisões judiciais que:

第十四條

(從事某些職業或業務之暫時禁止)

一、從事某些職業或業務之暫時禁止，適用於在下列情況下觸犯本法律所規定罪行之違法者：

- a) 明顯濫用職業；
- b) 在從事一項須取得公共資格或公共當局之許可或認可之業務；或
- c) 因以前已觸犯本法律所規定罪行而被判處附加刑。

二、禁止期間最少為兩個月最多為三年。

三、相應適用刑法典第六十一條第三款及第四款的規定。

第十五條

(場所之暫時封閉)

一、如違法者被判處六個月以上徒刑，則可命令暫時封閉其場所，期間為一個月至一年。

二、即使在提起訴訟程序或實施犯罪後，進行與職業或業務有關之任何性質權利之移轉或讓予者，亦不影響處以本附加刑，但受移轉人或受讓人為善意者，則不在此限。

三、場所之暫時封閉不構成解除勞動合同之合理理由，亦不構成中止有關報酬或將有關報酬降低之依據。

第十六條

(場所之永久封閉)

一、在下列情況下，可命令永久封閉違法者之場所：

- a) 違法者曾因實施本法律所規定之犯罪而被判處徒刑，且其情節顯示以往之判刑不足以警戒犯罪者；
- b) 違法者曾被判處將其有關場所或其他場所暫時封閉之處罰；或
- c) 違法者曾因實施本法律所規定之犯罪而被判處徒刑，且該犯罪導致相當巨額之損害，或使眾多人士受損害者。

二、上條第二款及第三款之規定相應地適用於場所之永久封閉。

第十七條

(法院裁判之公開)

一、下列的法院裁判須公開：

a) Condenem o infractor pela prática dos crimes previstos nos artigos 19.º, 20.º, 23.º, 24.º, 26.º e 28.º;

b) Apliquem as penas acessórias previstas nos artigos 12.º a 16.º

2. A decisão judicial que aplique a pena acessória prevista no artigo 12.º é ainda publicada no *Boletim Oficial*.

3. A publicidade da decisão é efectuada, a expensas do condenado e por ordem do tribunal, em publicações periódicas de língua portuguesa e chinesa editadas no Território, bem como através da afixação de edital, redigido nas referidas línguas, por período não inferior a 15 dias, no próprio estabelecimento ou local de exercício da actividade, por forma bem visível ao público.

4. A publicidade é feita por extracto, do qual devem constar a identificação do infractor, os elementos da infracção e as sanções aplicadas.

Artigo 18.º

(Injunção judiciária)

1. O tribunal pode ordenar ao infractor que cesse, imediatamente ou no prazo que lhe for fixado, a actividade ilícita ou, em caso de omissão, que adopte as providências legalmente exigidas.

2. A injunção tem como finalidade pôr termo a uma situação irregular ou potencialmente perigosa e restabelecer a legalidade.

3. Não obstam à aplicação da injunção:

a) A aplicação de penas acessórias;

b) A não punição do infractor.

4. O incumprimento da injunção constitui crime de desobediência qualificada.

CAPÍTULO II

Infracções em especial

SECÇÃO I

Crimes

Artigo 19.º

(Abate e comercialização clandestinos)

1. É punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa não inferior a 120 dias quem abater animais para consumo público:

a) Sem a competente inspecção sanitária, quando prevista por lei ou regulamento;

b) Fora dos matadouros ou recintos a esse efeito destinados pelas autoridades competentes; ou

c) De espécies cujo abate é proibido.

2. Com a mesma pena é punido quem transaccionar ou importar, para consumo público, carne dos animais abatidos nos termos do número anterior ou produtos com ela fabricados.

a) 因作出第十九條、第二十條、第二十三條、第二十四條、第二十六條及第二十八條規定的犯罪的違法者裁定有罪；

b) 實施第十二條至第十六條規定的附加刑。

二、實施第十二條規定的附加刑的法院裁判，亦須在《政府公報》上公布。

三、根據法院命令要公開的裁判，必須在本地區出版之中葡文定期刊物內公開，以及在本身場所或從事業務之地點以公眾能清楚看到的方式，張貼以上述兩種語言書寫之告示作公開，為期不得少於十五天，費用由被判罪者負擔。

四、公布應以摘錄為之，其內應載明違法者之認別資料、違法行為之要素以及科處之處罰。

第十八條

(法院強制命令)

一、法院可命令違法者立即或在為其指定期間內終止不法活動；如不法活動由不作為而引致，則可命令採取法律要求之措施或在裁判內規定之措施。

二、強制命令之目的為終止不符合規範之狀況或潛在危險之狀況，及恢復合法性。

三、不妨礙實施強制者為：

a) 附加刑的實施；

b) 對違法者的不處分。

四、不遵守強制命令構成加重違令罪。

第二章

各種違法行為

第一節

犯罪

第十九條

(秘密屠宰動物及交易)

一、在下列情況下屠宰動物供公眾食用者，處最高三年徒刑或科不少於一百二十日罰金：

a) 未接受法律或規章規定之有關衛生檢查；

b) 在獲有權限當局發出准照之屠場以外之地方或在由有權限當局為此目的而指定之地方以外為之；或

c) 屬禁止屠宰之種類。

二、為供公眾食用而進口在上款所指情況下屠宰之動物之肉或進口以該等肉類製成之產品，或以之作為交易之對象者，亦處以相同刑罰。

3. Havendo negligência, a pena é de prisão até 1 ano ou multa não inferior a 60 dias.

Artigo 20.º

(Géneros alimentícios ou aditivos alimentares anormais)

1. Quem produzir, preparar, confeccionar, fabricar, transportar, armazenar, detiver em depósito, vender, tiver em existência ou exposição para venda, importar, exportar ou transaccionar por qualquer forma, para consumo público, géneros alimentícios ou aditivos alimentares anormais não susceptíveis de criar perigo para a vida ou grave perigo para a integridade física de outrem é punido:

a) Tratando-se de géneros alimentícios ou aditivos alimentares falsificados, com pena de prisão de 3 meses a 3 anos ou com pena de multa não inferior a 120 dias;

b) Tratando-se de géneros alimentícios ou aditivos alimentares corruptos, com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa não inferior a 120 dias;

c) Tratando-se de géneros alimentícios ou aditivos alimentares avariados, com pena de prisão até 18 meses ou com pena de multa não inferior a 60 dias.

2. Havendo negligência, as penas previstas no número anterior são, respectivamente, as seguintes:

- a) Prisão até 1 ano ou multa não inferior a 60 dias,
- b) Prisão até 6 meses ou multa não inferior a 60 dias;
- c) Prisão até 6 meses ou multa não inferior a 30 dias.

Artigo 21.º

(Outras infracções contra a genuinidade, qualidade ou composição de géneros alimentícios ou aditivos alimentares)

É punido, com pena de multa até 60 dias quem produzir, preparar, confeccionar, fabricar, transportar, armazenar, detiver em depósito, vender, tiver em existência ou exposição para venda, importar ou transaccionar por qualquer forma, para consumo público, géneros alimentícios ou aditivos alimentares:

a) Que, não sendo anormais, revelem uma natureza, composição, qualidade ou proveniência que não correspondam à designação ou atributos com que são comercializados;

b) Cujo processo de obtenção, preparação, confecção, fabrico, acondicionamento, conservação, transporte ou armazenagem não tenha obedecido às respectivas imposições legais; ou

c) Em relação aos quais não tenham sido cumpridas as regras fixadas na lei ou em regulamentos especiais, nomeadamente para salvaguarda do asseio e higiene.

Artigo 22.º

(Detenção de substâncias ou utensílios que possam ser utilizados na falsificação de géneros alimentícios ou aditivos alimentares)

Quem, sem justificação, tiver em seu poder substâncias, produtos, artigos, objectos, utensílios ou qualquer maquinaria que possam ser empregados na falsificação de géneros alimentícios ou

三、屬過失之情況，處最高一年徒刑或科不少於六十日罰金。

第二十條

(異常食品或食品添加劑)

一、為供公眾食用而生產、配製、製作、製造、運輸、貯存、以存放之方式持有、出售、為出售而存有或展示、進口、出口不對他人生命造成危險或不對身體完整性造成嚴重危險之下列異常食品或食品添加劑，以任何方式將之作交易者，處以下列處罰：

- a) 屬偽造之食品或食品添加劑，處三個月至三年徒刑或科不少於一百二十日罰金；
- b) 屬腐敗之食品或食品添加劑，處最高兩年徒刑或科不少於一百二十日罰金；
- c) 屬變壞之食品或食品添加劑，處最高十八個月徒刑或科不少於六十日罰金。

二、屬過失之情況，上款所規定之處罰分別為：

- a) 處最高一年徒刑或科不少於六十日罰金；
- b) 處最高六個月徒刑或科不少於六十日罰金；
- c) 處最高六個月徒刑或科不少於三十日罰金。

第二十一條

(妨害食品或食品添加劑之真實性、質量或組成之其他違法行為)

為供公眾食用而生產、配製、製作、製造、運輸、貯存、以存放之方式持有、出售、為出售而存有或展示、進口、出口以下食品或食品添加劑，或以任何方式將之作交易者，科最高六十日罰金：

- a) 非屬異常者，但其性質、組成、質量或原產地與出售時所作之標明或所載之特性不符；
- b) 在取得、配製、製作、製造、包裝、保存、運輸或貯存之過程中，未遵守有關法律規定；或
- c) 未遵守法律或特別規章所定有關食品或食品添加劑方面之規則，尤其是有關保障清潔及衛生之法律或特別規章所定之規則。

第二十二條

(持有可用於偽造食品或食品添加劑之物質或用具)

持有可用於偽造食品及食品添加劑之物質、產品、商品、物件、用具或任何機器而無合理解釋者，及擁有或正在製造不符合

aditivos alimentares, bem como possuir ou tiver em laboração produtos que não obedeçam às prescrições legais e que possam servir para aquele fim, é punido com pena de multa até 60 dias.

Artigo 23.º

(Preço ilícito)

1. É punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos ou com pena de multa não inferior a 120 dias quem:

a) Vender bens ou prestar serviços por preços superiores aos permitidos pelos regimes legais a que os mesmos estejam submetidos; ou

b) Vender bens ou prestar serviços por preços superiores aos que constem de etiquetas, rótulos, letreiros ou listas elaboradas pela própria entidade vendedora ou prestadora do serviço.

2. Havendo negligência, a pena é de prisão até 1 ano ou multa não inferior a 60 dias.

Artigo 24.º

(Açambarcamento)

1. É punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos ou com pena de multa não inferior a 120 dias quem, em situação de notória escassez ou com prejuízo do regular abastecimento do mercado de bens essenciais:

a) Ocultar existências ou as armazenar em locais não indicados às autoridades de fiscalização;

b) Recusar a sua venda segundo os usos normais da respectiva actividade ou condicionar a sua venda à aquisição de outros, do próprio ou de terceiro;

c) Recusar ou retardar a sua entrega quando encomendados e aceite o respectivo fornecimento;

d) Encerrar o estabelecimento ou o local do exercício da actividade com o fim de impedir a sua venda; ou

e) Não levantar bens essenciais que lhe tenham sido consignados e hajam dado entrada em locais de desembarque, descarga, armazenagem ou arrecadação, no prazo de 10 dias, tratando-se de bens sujeitos a racionamento ou condicionamento de distribuição, ou no prazo que tiver sido legalmente determinado pela entidade competente, tratando-se de quaisquer outros.

2. A recusa de venda considera-se justificada nos casos de:

a) Satisfação das necessidades normais do abastecimento doméstico do produtor ou do comerciante;

b) Satisfação das exigências normais da exploração agrícola, comercial ou industrial, durante o período necessário à renovação das existências;

c) Satisfação de compromissos anteriormente assumidos e devidamente comprovados.

3. Havendo negligência, a pena é de prisão até 1 ano ou multa não inferior a 60 dias.

法律規定且可作上述用途之產品而無合理解釋者，科最高六十日罰金。

第二十三條

(不法價格)

一、對下列者處六個月至三年徒刑或科不少於一百二十日罰金：

a) 以高於須遵從之法定制度所容許之價格，出售財貨或提供服務；或

b) 以高於出售或提供服務之實體所製作之標籤、商標紙、牌或價目表內所載之價格出售財貨或提供服務。

二、屬過失之情況，處最高一年徒刑或科不少於六十日罰金。

第二十四條

(囤積)

一、在必需財貨明顯稀缺或其在市場之正常補給受影響之情況下，實施下列行為者，處六個月至三年徒刑或科不少於一百二十日罰金：

a) 隱瞞存貨或將存貨貯存於未向監察當局指明之地點；

b) 拒絕按照有關行業之習慣將之出售，或以購買者購得本人或第三人之其他財貨作為其出售條件；

c) 在他人訂貨並承諾作有關之供應後，拒絕或延遲交貨；

d) 為免出售財貨或原料而將場所或用以從事業務之地點關閉；或

e) 向其運發之必需財貨已卸上岸或已置於卸貨、貯存或貯藏地點，尤其是海關設施，如該等必需財貨屬受配給或限制分銷約束者，在十日之內不提取；如屬其他財貨者，在有權限之實體依法訂定期限內不提取。

二、屬下列情況，拒絕出售視為合理：

a) 為滿足補給生產者或商人家用之正常需要；

b) 為滿足農業、商業或工業經營之正常需求，但僅在補充存貨之必需期間內為限；

c) 為履行已作出並經適當證明之承諾。

三、屬過失之情況，處最高一年徒刑或科不少於六十日罰金。

4. Não constitui infracção a recusa de venda:

a) Em quantidade susceptível de prejudicar a justa repartição entre a clientela;

b) Em quantidade manifestamente desproporcionada às necessidades normais de consumo do adquirente ou aos volumes normais das entregas do vendedor;

c) Por falta de capacidade do adquirente para, face às características dos bens, assegurar a sua revenda em condições técnicas satisfatórias ou para manter um adequado serviço assistencial pós-venda; ou

d) Por justificada falta de confiança do vendedor quanto à pontualidade de pagamento pelo adquirente, tratando-se de vendas a crédito.

5. O tribunal apenas ordena a perda de coisas ou direitos em caso de condenação por açambarcamento doloso.

Artigo 25.º

(Açambarcamento por adquirente)

1. Quem, em situação de notória escassez ou com prejuízo do regular abastecimento do mercado, adquirir bens essenciais em quantidade manifestamente desproporcionada às suas necessidades de abastecimento ou de renovação normal das suas reservas, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias.

2. O tribunal apenas ordena a perda de coisas ou direitos que excederem as necessidades de abastecimento ou de renovação normal das reservas.

Artigo 26.º

(Destruição e exportação ilícita)

1. É punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa não inferior a 120 dias quem, em situação de notória escassez ou com prejuízo do regular abastecimento do mercado:

a) Destruir bens essenciais; ou

b) Exportar, sem licença, bens essenciais cuja exportação esteja, por determinação legal, dela dependente.

2. Havendo negligência, a pena é de prisão até 6 meses ou multa não inferior a 60 dias.

Artigo 27.º

(Requisição de bens)

1. Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 72/92/M, de 28 de Setembro, o Governador pode, em caso de notória escassez ou de grave prejuízo para o regular abastecimento do mercado, e mediante o pagamento de justa indemnização, ordenar, por despacho, a requisição de bens essenciais.

2. O não cumprimento da requisição nos termos estabelecidos é punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos ou com pena de multa não inferior a 120 dias, sendo os bens requisitados declarados perdidos a favor do Território.

3. Havendo negligência, a pena prevista no número anterior é de prisão até 1 ano ou multa não inferior a 60 dias.

四、屬下列情況，拒絕出售不構成違法行為：

a) 出售之數量可影響客戶間之合理分配；

b) 出售之數量與取得正常消費需要或與出售者正常交貨量明顯不相稱；

c) 根據財貨之特點，取得者缺乏確保在令人滿意之技術條件下將之再出售之能力，或缺乏確保維持適當之售貨輔助性服務之能力；或

d) 屬除售之情況，出售者有理由對取得人按時付款缺乏信心。

五、屬因故意囤積而被判刑之情況，法院方命令物或權利之喪失。

第二十五條

(取得人之囤積)

一、在必需財貨明顯稀缺或其在市場之正常補給受影響之情況下，取得必需財貨之數量與所需之補給量或與作正常補充儲備所需之數量明顯不相稱者，處最高六個月徒刑或科最高六十日罰金。

二、法院僅可命令喪失超出補給需求量或超出作正常補充儲備需求量之物或權利。

第二十六條

(毀滅及不法出口)

一、在明顯稀缺或在市場之正常補給受影響之情況下，對下列者處最高兩年徒刑或科不少於一百二十日罰金：

a) 毀滅必需財貨；或

b) 出口必需財貨根據法律規定須具准照而不具准照。

二、屬過失之情況，處最高六個月徒刑或科不少於六十日罰金。

第二十七條

(財貨之徵用)

一、在不妨礙九月二十八日第72/92/M號法令的規定，在明顯缺乏或嚴重影響市場正常供應的情況下，總督可透過支付合理損害賠償，以批示命令徵用必需財貨。

二、不遵從所規定之徵用，處六個月至三年徒刑或科不少於一百二十日罰金，徵用之財貨宣告歸本地區所有。

三、屬過失之情況，處最高一年徒刑或科不少於六十日罰金。

Artigo 28.º

(Fraude sobre mercadorias)

1. É punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias quem, com intenção de enganar os consumidores nas relações negociais e, sem prejuízo dos usos e costumes do comércio, tiver em exposição para venda ou vender mercadorias:

a) Contrafeitas, falsificadas ou depreciadas, fazendo-as passar por autênticas, não alteradas ou intactas; ou

b) De natureza diferente ou de qualidade e quantidade inferiores às que afirmar possuírem ou aparentarem.

2. Havendo negligência, a pena é de prisão até 6 meses ou multa até 60 dias.

SECÇÃO II

Infracções administrativas

Artigo 29.º

(Documentação irregular)

1. Nas transacções de bens e na prestação de serviços, quando existam normas legais que imponham ou regulamentem a emissão da documentação respectiva, é aplicada multa de 2 500 a 250 000 patacas:

a) Ao vendedor ou prestador do serviço, pela falta de passagem dos documentos relativos à operação, sua emissão com deficiência ou omissão dos elementos exigidos de modo que não representem fielmente as respectivas operações, bem como pela não apresentação dos respectivos duplicados, sempre que exigidos pelas entidades competentes;

b) Ao comprador que não identifique o vendedor, ainda que não tenha havido emissão ou apresentação dos documentos referidos na alínea anterior; ou

c) Ao vendedor ou comprador que altere a veracidade dos documentos referidos neste artigo, relativamente a lançamentos a débito ou a crédito ou à emissão das respectivas notas.

2. São equiparados aos factos previstos no número anterior o extravio, a ocultação ou a destruição de documentos relativos à aquisição de bens ou à prestação de serviços antes de decorridos os prazos estabelecidos por lei ou regulamento.

Artigo 30.º

(Infracções relativas a inquéritos ou manifestos)

É aplicada multa de 2 500 a 250 000 patacas a quem, na sequência de inquéritos ou manifestos estabelecidos por lei ou regulamento ou ordenados pelo Governador para conhecimento das quantidades existentes de determinados bens, se recusar a prestar declarações, informações ou quaisquer outros elementos exigidos para o mesmo fim, as prestar falsamente, com omissões ou deficiências, ou não cumprir os prazos que para o efeito estiverem estabelecidos por lei ou regulamento ou fixados pelo Governador.

第二十八條

(貨物方面之欺詐)

一、在不影響貿易習慣及常規下，為出售而展示或出售貨物者，倘在交易關係上存有欺騙消費者的意圖，處最高一年徒刑或科最高一百二十日罰金：

a) 將假造、偽造或價值已降低之貨物作為真實、未經變更或完好之貨物；或

b) 與所聲稱之貨物具有或外顯之性質、質量及數量相比，性質不同、質量較次、數量較少之貨物。

二、屬過失之情況，處最高六個月徒刑或科最高六十日罰金。

第二節

行政上之違法行為

第二十九條

(不當之票證)

一、如法律規定在財貨之交易或服務之提供上，必須發出票證或規範票證之發出，則對下列者科澳門幣二千五百元至二十五萬元罰款：

a) 出售者或提供服務者——該等人員不開出有關之票證、開出之票證欠缺所需之資料，或票證上列明之資料有缺陷，以致不能真實反映有關活動；以及當有權限實體要求時，不呈交票證副本；

b) 不提供出售者認別資料之購買者，即使出售者不開出或不出示前項所指之票證亦然；或

c) 有關出售者或購買者——該等人員在借項或貸項入帳或註錄方面，更改本條所指票證之真實性。

二、在法律或規章規定之期限屆滿前遺失、隱瞞或毀滅有關取得財貨或有關服務提供之票證，等同於上款所規定之事實。

第三十條

(與調查或財貨清單有關之違法行為)

在法律或規章規定或總督為瞭解某些財貨現有存量而命令作出調查或作成財貨清單後，拒絕作申報、提供資料或提供為同一目的而要求之其他資料，或申報及提供之資料虛假、有遺漏或有缺陷者，或不遵守法律或規章或總督為上述目的而訂定之期限，科澳門幣二千五百元至二十五萬元罰款。

Artigo 31.º

(Exercício de actividades sem observância das formalidades legais)

É aplicada multa de 2 500 a 500 000 patacas a quem, sem observância das respectivas disposições legais ou regulamentares, praticar actos que integrem o exercício de actividades económicas sujeitas a inscrição ou registo em entidades públicas ou à autorização destas.

Artigo 32.º

(Violação de normas reguladoras do exercício de actividades económicas)

É aplicada multa de 2 500 a 500 000 patacas a quem produzir, preparar, confeccionar, fabricar, transportar, armazenar, detiver em depósito ou para venda, vender, importar, exportar ou transaccionar por qualquer forma bens ou prestar serviços sem observância das regras estabelecidas por lei ou regulamento para o exercício das respectivas actividades.

Artigo 33.º

(Disposição comum)

O disposto na presente secção não prejudica:

- a) A aplicação de outras sanções mais graves previstas na lei;
- b) A responsabilidade penal que ao caso couber.

CAPÍTULO III

Fiscalização

Artigo 34.º

(Âmbito)

A fiscalização dos bens e serviços exerce-se em qualquer etapa da produção e transacção dos bens ou da prestação de serviços, qualquer que seja o agente económico.

Artigo 35.º

(Entidades competentes)

1. Compete à Direcção dos Serviços de Economia, adiante designada abreviadamente por DSE, através da Inspeção das Actividades Económicas, exercer a fiscalização prevista no artigo anterior, sem prejuízo da repartição de competências cometida por lei a outras entidades, designadamente aos Municípios e à Polícia Marítima e Fiscal.

2. Para o desempenho das suas funções de fiscalização, pode a DSE recorrer à colaboração e intervenção de outras entidades, nomeadamente dos Serviços de Saúde de Macau e das autoridades policiais.

CAPÍTULO IV

Disposições processuais penais

Artigo 36.º

(Denúncia obrigatória)

Os crimes previstos na presente lei são de denúncia obrigatória, nos termos gerais do Código de Processo Penal e, ainda, para

第三十一條

(未遵守法定手續而從事之活動)

如從事某些經濟活動須在公共實體登錄或登記、又或須獲該等實體許可，凡不遵守有關之法律或規章規定而實施屬從事上述經濟活動之行為，則科澳門幣二千五百元至五十萬元罰款，但根據法律之規定處其他更重處罰者，不在此限。

第三十二條

(違反從事經濟活動之規範性規定)

生產、配製、製作、製造、運輸、貯存、以存放之方式持有或為出售而持有、出售、進口、出口財貨或以任何方式將之作交易或提供服務時，不遵守法律或規章為從事有關活動而訂定之規則者，則科澳門幣二千五百元至五十萬元罰款。

第三十三條

(共同規定)

本節的規定并不妨礙：

- a) 法律規定的其他更嚴重處罰的實施；
- b) 有關個案的刑事責任。

第三章

監察

第三十四條

(範圍)

對任何經濟參與人之財貨或服務之監察，可在財貨之生產、交易或提供服務過程中之任一階段作出。

第三十五條

(有權限之實體)

一、經濟司(DSE)有權限透過經濟活動稽查廳，進行上條所規定之監察，但不妨礙法律將權限分配予其他實體，尤其是市政廳及水警稽查隊。

二、為執行其監察職務，經濟司得要求其他實體尤其是澳門衛生司及警察當局提供協助及參與。

第四章

刑事訴訟規定

第三十六條

(義務檢舉)

本法律所規定之犯罪屬義務檢舉之罪行，並按《刑事訴訟法典》之一般規定向公共當局或即使不屬警察當局的執法人員檢舉。

as autoridades públicas ou agentes de autoridade, mesmo que não policiais.

Artigo 37.º

(Auto de notícia)

1. Sem prejuízo do disposto no Código de Processo Penal, sempre que as entidades ou agentes de fiscalização presenciarem a prática de crime previsto nesta lei, devem levantar ou mandar levantar auto de notícia, o qual é remetido, no prazo de 5 dias, ao Ministério Público.

2. Quando o auto de notícia for levantado por agente ou entidade diversa da DSE, deverá a esta ser remetida cópia do auto, no prazo fixado no número anterior.

Artigo 38.º

(Assistentes)

Podem constituir-se assistentes, sem prejuízo do disposto no Código de Processo Penal:

- a) As pessoas, singulares ou colectivas, lesadas pelo facto;
- b) O Conselho de Consumidores;
- c) As associações de consumidores.

Artigo 39.º

(Prova pericial)

1. Nos processos instaurados pelos crimes previstos nos artigos 20.º, 21.º, 22.º e 28.º, há sempre lugar à produção de prova pericial.

2. A perícia é realizada no decurso do inquérito, podendo o arguido, o Ministério Público, o assistente e as partes civis designar um consultor técnico da sua confiança, o qual assiste e coadjuva na realização da perícia.

3. Se o consultor técnico for designado após a realização da perícia, apenas pode tomar conhecimento do relatório pericial.

4. Os depoimentos testemunhais dos consultores técnicos têm o valor de prova pericial.

5. O incumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 constitui nulidade processual, a qual deve ser arguida, respectivamente, até ao encerramento da discussão em audiência de julgamento, ou até 5 dias contados da notificação do despacho de encerramento do inquérito.

Artigo 40.º

(Apreensão de bens)

Sem prejuízo do disposto no Código de Processo Penal, nos processos instaurados pelos crimes previstos na presente lei, a apreensão de bens apenas pode ter lugar quando necessária à boa condução do inquérito ou da instrução ou à cessação da ilicitude.

Artigo 41.º

(Venda dos bens apreendidos)

1. Os bens apreendidos podem ser vendidos por ordem da autoridade judiciária competente, observando-se o que se dispõe no Código de Processo Civil relativamente à venda judicial em

第三十七條

(實況筆錄)

一、在不妨礙《刑事訴訟法典》之規定下，每當監察實體或人員目睹本法律所規定之犯罪實施時，均應進行或著令進行實況筆錄，並在五日內將之送交檢察院。

二、倘實況筆錄是由經濟司以外之人員或實體作出，則應在上款所定期限內將筆錄副本送交經濟司。

第三十八條

(輔助人)

在不妨礙《刑事訴訟法典》之規定下，下列者得成為輔助人：

- a) 受事實損害之自然人或法人；
- b) 消費者委員會；
- c) 消費者團體。

第三十九條

(鑑定證據)

一、在因第二十條、第二十一條、第二十二條、及第二十八條所規定之犯罪而提起之訴訟程序中，必須提出鑑定證據。

二、鑑定在專案調查程序中進行，嫌疑犯、檢察院、輔助人及民事當事人得指派一名獲彼信賴之技術顧問，以觀看及協助鑑定之進行。

三、倘技術顧問在完成鑑定後方被指派，則只可知悉鑑定報告之內容。

四、充當證人之技術顧問，其證言具有鑑定證據之效力。

五、不遵守第一款及第二款之規定將構成程序之無效，分別須於在審判聽證討論結束前或專案調查結束批示通知後五日內提出爭議。

第四十條

(財貨之扣押)

在不妨礙《刑事訴訟法典》之規定下，在因實施本法律所規定犯罪而提起之訴訟程序中，僅得因正確引導專案調查或預審或終止不法行為之需要，而將財貨扣押。

第四十一條

(被扣押財貨之出售)

一、如被扣押之財貨在專案調查或預審上不再需要且出現下列情況者，有權限之司法當局可命令立即將之出售，並須根據

processo de execução, logo que os mesmos se tornem desnecessários para o inquérito ou instrução, desde que haja, relativamente a eles:

- a) Risco de deterioração;
- b) Conveniência de utilização imediata para abastecimento do mercado; ou
- c) Requerimento do respectivo proprietário ou detentor legítimo para que estes sejam vendidos.

2. Quando se proceda à venda de bens apreendidos, a autoridade judiciária competente deve tomar as providências adequadas em ordem a evitar que a venda ou o destino a dar a esses bens origine novas infracções previstas nesta lei.

3. O produto da venda é depositado na Caixa Económica Postal, à ordem da autoridade judiciária que a determinou, a fim de ser entregue, por simples termo nos autos e sem quaisquer encargos, a quem a ele tenha direito ou dar entrada nos cofres do Território, quando for declarado perdido a favor deste, em sentença condenatória entretanto proferida.

4. São inutilizados os bens apreendidos, sempre que não seja possível aproveitá-los sem violação do disposto na presente lei.

5. Quando razões de natureza económica o justifiquem e não haja indícios de perigo para a saúde pública, o Governador pode determinar que os bens apreendidos não sejam inutilizados nos termos do número anterior e sejam aproveitados para os fins e nas condições que forem estabelecidos.

CAPÍTULO V

Definições e classificações

Artigo 42.º

(Definições gerais)

1. Para efeitos do disposto na presente lei, entende-se por:

- a) Género alimentício — toda a substância, seja ou não tratada, destinada à alimentação humana, englobando as bebidas e os produtos do tipo das pastilhas elásticas, com todos os ingredientes utilizados no seu fabrico, preparação e tratamento;
- b) Ingrediente — toda a substância, incluindo o aditivo alimentar, incorporada intencionalmente como componente de um género alimentício durante o seu fabrico ou preparação e presente no produto acabado, embora modificado;
- c) Condimento — todo o género alimentício, com ou sem valor nutritivo, utilizado como ingrediente para conferir ou aumentar a apetibilidade a outro e inócuo na dose aplicada;
- d) Constituinte — toda a substância contida num ingrediente;
- e) Género alimentício pré-embalado — género alimentício cujo acondicionamento foi efectuado antes da sua exposição à venda ao consumidor, em embalagem que solidariamente com ele é comercializada, envolvendo-o completa ou parcialmente, de modo que o conteúdo não possa ser modificado sem que aquela seja violada;
- f) Género alimentício fresco ou facilmente perecível — género alimentício em natureza ou transformado, de origem animal ou

《民事訴訟法典》有關執行程序之強制出售之規定為之：

- a) 變壞之風險；
- b) 宜立即用於補給市場；或
- c) 有關所有人或正當持有人申請將之出售。

二、在被扣押之財貨出售時，有權限之司法當局應採取適當措施，以避免該等財貨之出售或處置再引發本法律所規定之新違法行為。

三、出售之所得應存入儲金局，交由命令出售之司法當局支配，以便透過在卷宗中作簡單書錄且無任何負擔之情況下，將出售之所得交付有權收取之人，或當出售之所得在所發出的有罪判決中宣告歸本地區所有時，存入本地區庫房。

四、如被扣押之財貨不能在不違反本法律規定之情況下利用，應使之不能使用。

五、如有經濟性質之充分理由，且在沒有對公共衛生構成危險之跡象之情況下，總督可命令無須按上款規定使被扣押之財貨不能使用，而根據既訂之用途及條件利用。

第五章

定義及分類

第四十二條

(一般定義)

一、為本法律規定之效力，下列用詞之定義為：

- a) 食品——指任何供人食用之經處理或未經處理之物質，連同在製造、配製及處理食品過程中所使用之所有成分，該等物質包括飲料及香口膠類產品；
- b) 成分——指在製造或配製食品時，故意作為構成食品組成部分而加入之包括食品添加劑在內之物質，該等物質雖然在製成品中有所改變，但仍然存在；
- c) 調味品——指不論有無營養價值而作為食品成分使用，以引發或提高人之食慾之食品，且採用之份量不致有害；
- d) 元素——成分內所含之物質；
- e) 預先包裝食品——指在向消費者展示供出售前已作包裝之食品；包裝連同食品一起出售，且包裝可全部或局部覆蓋食品，以使在不拆開包裝前其內之食品不致於改變；
- f) 新鮮或易變壞食品——除冷凍處理外，未經任何保存處理、能在一段短時間內保存其固有或特殊屬性

vegetal que, não tendo sofrido qualquer tratamento de conservação com excepção do tratamento pelo frio, conserva as suas propriedades intrínsecas e específicas por um período de tempo curto;

g) Aditivo alimentar — toda a substância, tenha ou não valor nutritivo, que por si só não é normalmente género alimentício nem ingrediente característico de um género alimentício, mas cuja adição intencional, com finalidade tecnológica ou organoléptica, em qualquer fase de obtenção, tratamento, acondicionamento, transporte ou armazenagem de um género alimentício, tem como consequência, quer a sua incorporação nele ou a presença de um derivado, quer a modificação de características desse género.

2. O conceito de aditivo alimentar não abrange as substâncias adicionadas aos géneros alimentícios com a finalidade de lhes melhorar as propriedades nutritivas.

Artigo 43.º

(Género alimentício anormal)

1. Considera-se anormal o género alimentício que:

a) Não seja genuíno;

b) Não se apresente em perfeitas condições de maturação, frescura, conservação, exposição à venda, acondicionamento ou outras indispensáveis à sua aptidão para consumo ou utilização; ou

c) Não satisfaça as características analíticas que lhe são próprias.

2. Os géneros alimentícios anormais classificam-se em falsificados, corruptos e avariados.

3. Consideram-se falsificados os géneros alimentícios anormais devido a qualquer das seguintes circunstâncias:

a) Adição ao género alimentício de alguma substância, inclusive ingrediente, estranha à sua composição e natureza ou nele não permitida e que possa ter como consequência, entre outras, o aumento de peso ou volume, o encobrimento da má qualidade ou deterioração ou incorporação de aditivo no mesmo inadmissível;

b) Subtração ao género alimentício de algum ingrediente, ou constituinte, total ou parcialmente, de modo a desvirtuá-lo ou a empobrecê-lo quanto à sua composição própria;

c) Substituição do género alimentício, bem como de algum dos seus ingredientes, total ou parcialmente, por outra substância, de modo a imitá-lo.

4. Consideram-se corruptos os géneros alimentícios anormais por terem entrado em decomposição ou putrefacção, por encerrarem substâncias, germes ou seus produtos nocivos ou por se apresentarem de alguma forma repugnantes.

5. Consideram-se avariados os géneros alimentícios anormais que, não estando falsificados nem corruptos, se deterioraram ou sofreram modificações de natureza, composição ou qualidade, quer por acção intrínseca, quer por acção do meio, do tempo ou de quaisquer outros agentes ou substâncias a que estiveram sujeitos.

之動物或植物來源之天然或加工食品；

g) 食品添加劑——指本身通常不屬於食品亦不屬於某一食品之特有成分、或有營養價值或無營養價值之物質；為求技術或特殊感覺效果在食品之取得、處理、包裝、運輸或貯藏之任一過程中，故意添加其中，用以與食品合併、使在食品中出現其轉化物或改變食品之特徵。

二、「食品添加劑」不包括為提高營養價值而添加在食品中之物質。

第四十三條

(異常食品)

一、以下食品不論是否對消費者健康造成損害，均視為異常食品：

a) 不真實者；

b) 食品不處於成熟、新鮮、保存、展示供出售、包裝之良好狀況，或其他供食用或使用所必須之良好狀況；或

c) 不符合其本身之分析特徵。

二、異常食品分為偽造、腐敗及變壞之食品。

三、由於下列任一情況而引致異常之食品，視為偽造之食品：

a) 在食品中添加與食品之組成、性質無關，或為不准添加之物質，包括食品之成分，且添加後引致之後果其中為：增加食品之重量或體積，掩飾食品之低劣質量、變壞，或將不允許加入之添加劑加入食品；

b) 從食品中全部或部分除去某成分或某元素，因而使其成分不相符或有所縮減；

c) 為偽造之目的，以其他物質全部或部分代替食品及食品中某成分。

四、開始腐爛或腐敗，內含有害物質，病菌或其有害產物或使人噁心之食品，視為腐敗之食品。

五、不屬於偽造或腐敗之異常食品，但因其內在、環境、時間因素或其所依附之其他要素或物質而發生變壞或性質、組成或質量有所改變者，視為變壞之食品。

6. Considera-se sempre avariado o género alimentício cujo material de acondicionamento, por deficiente ou inadequado, seja susceptível de o tornar anormal, deteriorando-o ou provocando-lhe modificações de natureza, composição ou qualidade.

Artigo 44.º

(Aditivo alimentar anormal)

1. Considera-se anormal o aditivo alimentar que:

a) Não se apresente em perfeitas condições de conservação, exposição à venda, acondicionamento ou outras indispensáveis à sua aptidão para utilização;

b) Não satisfaça as características analíticas que lhe são próprias.

2. Os aditivos alimentares anormais classificam-se em falsificados, corruptos e avariados.

3. Consideram-se falsificados os aditivos alimentares anormais devido a qualquer das seguintes circunstâncias:

a) Adição ao aditivo alimentar de alguma substância estranha à sua composição e natureza ou nele não permitida e que possa ter como consequência, entre outras, o aumento do peso ou volume e o encobrimento da má qualidade ou deterioração;

b) Subtração ao aditivo alimentar de alguma substância, total ou parcialmente, de modo a desvirtuá-lo ou a empobrecê-lo quanto à sua composição própria;

c) Substituição do aditivo alimentar, total ou parcialmente, por outra substância, de modo a imitá-lo.

4. Consideram-se corruptos os aditivos alimentares anormais por terem entrado em decomposição ou putrefacção ou por se apresentarem de alguma forma repugnantes.

5. Consideram-se avariados os aditivos alimentares anormais que, não estando falsificados nem corruptos, se deterioraram ou sofreram modificações de natureza, composição ou qualidade, quer por acção intrínseca, quer por acção do meio, do tempo ou de quaisquer outros agentes ou substâncias a que estiveram sujeitos.

6. Considera-se sempre avariado o aditivo alimentar cujo material de acondicionamento, por deficiente ou inadequado, seja susceptível de o tornar anormal, deteriorando-o ou provocando-lhe modificação de natureza, composição ou qualidade.

Artigo 45.º

(Bens essenciais)

Para os efeitos do disposto na presente lei, consideram-se bens essenciais:

a) Os bens de primeira necessidade cujo abastecimento se revele, em determinado momento, manifestamente indispensável para um número elevado de consumidores;

b) As matérias-primas que forem definidas pelo Governador.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 46.º

(Regulamentação)

Compete ao Governador regulamentar, através de portaria, as matérias a que diz respeito o Capítulo V.

六、食品因包裝物料有缺陷或不適當，發生變壞或因性質、組成或質量之改變而成為異常食品者，均視為變壞之食品。

第四十四條

(異常食品添加劑)

一、以下食品添加劑不論是否對消費者健康造成損害，均視為異常食品添加劑：

a) 不處於保存、展示供出售、包裝之良好狀況或其他供使用所必須之良好狀況；

b) 不符合其本身之分析特徵。

二、異常食品添加劑分為偽造、腐敗及變壞之食品添加劑。

三、由於下列任一情況而引致異常之食品添加劑，視為偽造之食品添加劑：

a) 在食品添加劑中添加與食品添加劑之組成、性質無關或為法律所規定不准添加之物質，且添加後引致之後果其中為：增加食品添加劑之重量或體積，掩飾食品添加劑之低劣質量及變壞等；

b) 從食品添加劑中全部或部分除去某物質，因而使其成分不相符或有所縮減；

c) 為偽造之目的，以其他物質全部或部分代替食品添加劑。

四、開始腐爛或腐敗或使人噁心之異常食品添加劑，視為腐敗之食品添加劑。

五、不屬於偽造或腐敗之異常食品添加劑，但因其內在、環境、時間因素或其所依附之其他要素或因物質而發生變壞或性質、組成或質量有所改變者，視為變壞之食品添加劑。

六、食品添加劑因包裝物料有缺陷或不適當，發生變壞或因性質、組成或質量之改變而成為異常食品添加劑者，均視為變壞之食品添加劑。

第四十五條

(必需財貨)

為著本法律之效力，視為必需財貨者：

a) 首要財貨，其供應在某段期間對數量大的消費者顯示不可缺少者；

b) 由總督訂定的原料。

第六章

最後及過渡規定

第四十六條

(規範)

總督有權限透過訓令對第五章所指事宜進行規範。

Artigo 47.º

(Revogações)

São revogados os seguintes diplomas:

a) Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957, tornado extensivo a Macau pela Portaria n.º 18 381, de 5 de Abril de 1961, publicada no *Boletim Oficial* n.º 17, de 29 de Abril de 1961;

b) Decreto-Lei n.º 43 860, de 16 de Agosto de 1961, tornado extensivo a Macau pela Portaria n.º 20 707, de 30 de Julho de 1964, publicada no *Boletim Oficial* n.º 33, de 15 de Agosto de 1964;

c) Decreto-Lei n.º 45 279, de 30 de Setembro de 1963, tornado extensivo a Macau pela Portaria n.º 20 148, de 5 de Novembro de 1963, publicada no *Boletim Oficial* n.º 47, de 23 de Novembro de 1963;

d) Decreto-Lei n.º 308/71, de 16 de Julho, tornado extensivo a Macau pela Portaria n.º 590/71, de 27 de Outubro, publicada no *Boletim Oficial* n.º 46, de 13 de Novembro de 1971;

e) Decreto-Lei n.º 340/73, de 6 de Julho, tornado extensivo a Macau pela Portaria n.º 613/73, de 10 de Setembro, publicada no *Boletim Oficial* n.º 39, de 29 de Setembro de 1973.

Artigo 48.º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1997.

Aprovada em 2 de Julho de 1996.

A Presidente da Assembleia Legislativa, *Anabela Sales Ritchie*.

Promulgada em 5 de Julho de 1996.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

Decreto-Lei n.º 38/96/M

de 15 de Julho

A implementação do seguro de responsabilidade civil emergente da afixação de material de propaganda e publicidade no território de Macau obriga ao estabelecimento, por via legal, dos respectivos limites mínimos de indemnização a constar na apólice do seguro em causa, deixando-se, no entanto, aos municípios a tomada de decisão final no estabelecimento do limite de responsabilidade para cada caso.

Nestes termos;

Tendo em atenção a proposta da Autoridade Monetária e Cambial de Macau, após audição dos municípios e da Associação de Seguradoras de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Governador decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

第四十七條

(廢止)

廢止以下法規：

a) 由公布於一九六一年四月二十九日第十七期《政府公報》之一九六一年四月五日第18381號訓令延伸至澳門之一九五七年七月二十四日第41204號法令；

b) 由公布於一九六四年八月十五日第三十三期《政府公報》之一九六四年七月三十日第20707號訓令延伸至澳門之一九六一年八月十六日第43860號法令；

c) 由公布於一九六三年十一月二十三日第四十七期《政府公報》之一九六三年十一月五日第20148號訓令延伸至澳門之一九六三年九月三十日第45279號法令；

d) 由公布於一九七一年十一月十三日第四十六期《政府公報》之十月二十七日第590／71號訓令延伸至澳門之七月十六日第308／71號法令；

e) 由公布於一九七三年九月二十九日第三十九期《政府公報》之九月十日第613／73號訓令延伸至澳門之七月六日第340／73號法令。

第四十八條

(開始生效)

本法律於一九九七年一月一日生效。

一九九六年七月二日通過。

立法會主席 林綺濤

一九九六年七月五日頒布。

著令公布。

總督 韋奇立

法令 第38/96/M號

七月十五日

在澳門地區制定由裝置宣傳物及廣告物所產生之民事責任之保險，促使以法律途徑訂定須在有關保險單中載明之損害賠償之最低限額，並交由市政廳對為每一情況定出責任限額作最後決定。

基於此；

鑑於澳門貨幣暨匯兌監理署經聽取市政廳及澳門保險公會意見後所提出之建議；

經聽取諮詢會意見後；

總督根據《澳門組織章程》第十三條第一款之規定，命令制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：